



PENSATA | REVISTA DOS ALUNOS DO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFESP

V.3 N.1 | DEZEMBRO DE 2013

DOSSIÊ
O PAPEL DA TEORIA MARXISTA DA
DEPENDÊNCIA NO PENSAMENTO
SOCIAL LATINO-AMERICANO

COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA PENSATA

CAUÊ C. MARTINS | DÉBORA FARIA | FERNANDO A. SANTANA | GABRIELA MURUÁ | JENIFER SOUZA | KARINE ASSUMPCÃO | KÁTIA LOPES
LEANDRO BECCENERI | LUCAS B. JARDIM | LUCIANA PEREIRA | MARCELA VASCO | OTAVIO DE SOUZA | RAFAEL FREITAS | TABITA T. LOPES



004

EDITORIAL

006

DOSSIÊ: O PAPEL DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA NO PENSAMENTO SOCIAL LATINO-AMERICANO

010

O INÍCIO DO FIM? NOTAS SOBRE A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO
FERNANDO CORREA PRADO E RODRIGO CASTELO

030

O PENSAMENTO DE RUY MAURO MARINI E SUA ATUALIDADE PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS
CARLOS EDUARDO MARTINS

065

RUY MAURO MARINI E A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: DA INVISIBILIDADE FORJADA À VISIBILIDADE RECONSTRUÍDA
ROBERTA TRASPADINI

080

BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS TEORIAS DO IMPERIALISMO E DA DEPENDÊNCIA
ANTE A FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO
MARISA SILVA AMARAL

097

ENTRE O DESENVOLVIMENTO E A DEPENDÊNCIA: UMA CRÍTICA AO NEODESTRUTURALISMO CEPALINO
PEDRO HENRIQUE EVANGELISTA DUARTE

127

BRASIL, MEU BRASIL BRASILEIRO: ENTRE O SONAMBULISMO E O DESPERTAR DO GIGANTE
JESUS MARMANILLO PEREIRA

141

JORNADAS DE JUNHO: UMA SOCIOLOGIA DOS RASTROS PARA MULTIPLICAR A RESISTÊNCIA
HENRIQUE Z. M. PARRA

151

ROMPANTES NO ESPÍRITO DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO
LUDMILA COSTHEK ABÍLIO

164

A DISTÂNCIA ENTRE A POLÍTICA TRADICIONAL E AS PRÁTICAS DE LIBERDADE NAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO
EDSON TELES

172

OS CONHECIMENTOS DE CIÊNCIA POLÍTICA NA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO
ANDRÉ ROCHA SANTOS

189

ÉFE-ÉRRE-Á. DEAMBULAÇÕES SOCIOLÓGICAS PELA QUEIMA DAS FITAS DE COIMBRA
JOSÉ PEDRO ARRUDA

213

O PRONASCI NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO
CARLOS AUGUSTO LOPES

232

TRANSCRIÇÃO DA MESA DE DEBATE "ARTE URBANA", DO EVENTO ORGANIZADO NA UNIFESP –
GUARULHOS EM AGOSTO DE 2012, "PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL EM CONTEXTOS URBANOS – MOSTRA ETNODOC"

253

OS GUEULES NOIRES DE LA GRAND-COMBE: UMA HISTÓRIA DO PASSADO E DO PRESENTE
DÉBORA LESSA

D

D

A

T

R

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Reitora: Soraya Soubhi Smaili

Vice-reitora: Valeria Petri

ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Daniel Arias Vasquez

Vice-diretora: Marineide de Oliveira Gomes

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenadora: Cynthia Andersen Sarti

Vice-coordenadora: Gabriela Nunes Ferreira

PENSATA | Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP. V. 3, n. 1, ano 3. 2013. Semestral. ISSN: 2237-678X.

COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA

Cauê C. Martins, Débora Faria, Fernando Santana, Gabriela Murua, Jenifer Souza, Karine Assumpção, Kátia Lopes, Leandro Becceneri, Lucas B. Jardim, Luciana Pereira, Marcela Vasco, Otavio de Souza, Rafael Freitas, Tabita T. Lopes.

CONSELHO EDITORIAL

Adrian Gurza Lavalle (USP), Adriano Codato (UFPR), Alberto Groisman (UFSC), Alvaro Bianchi, (Unicamp), Andréia Galvão (Unicamp), Anita Simis (Unesp), Bernardo Ricupero (USP), Bernardo Sorj, Iudcovsky (UFRJ), Bruno Wilhelm Speck (Unicamp), Célia Tolentino (Unesp), Cornelia Eckert, (UFRGS), Cynthia Sarti (UNIFESP), Dagoberto José Fonseca (Unesp), Edmundo Peggion (Unesp), Flávio Rocha de Oliveira (UNIFESP), Heloisa Dias Bezerra (UFG), João José Reis (UFBA), José Paulo Martins Junior (UNIRIO), Juri Yuriy Castelfranchi (UFMG), Laura Moutinho (USP), Lucila Scavone (Unesp), Luiz Antonio Machado da Silva (UFRJ), Luiz Henrique de Toledo (UFSCar), Márcio Bilharinho Naves (Unicamp), Marco Aurélio Nogueira (Unesp), Maria Fernanda Lombardi Fernandes (UNIFESP), Melvina Araújo (UNIFESP), Milton Lahuerta (Unesp), Omar Ribeiro Thomaz (Unicamp), Peter Fry (UFRJ), Renato Athias (UFPE), Renato Sztutman (USP), Revalino de Freitas (UFG), Rogério Baptistini Mendes (FESPSP), Rosana Baeninger (Unicamp) e Sergio Adorno (USP).

DESIGN GRÁFICO

Fábio Pontes Rachid

WEBMASTER

Eduardo Palazzo

ENDEREÇO PENSATA: <http://www.unifesp.br/revistas/pensata>

CONTATO: pensata@unifesp.br

Jornadas de Junho: uma sociologia dos rastros para multiplicar a resistência

Henrique Z. M. Parra¹

"Não cabe temer ou esperar,
mas buscar novas armas" (Gilles Deleuze)

Escrevo em agosto sobre as "jornadas de junho" ². A pequena distância temporal que nos separa dos episódios narrados cria algumas facilidades e outras tantas dificuldades. Durante aqueles dias e nas semanas seguintes, muitos artigos foram publicados e vários encontros de ativistas foram realizados para fazer "análises de conjuntura". Todos convocados a pensar sobre o que estava ocorrendo. Ótimo momento para novos e velhos encontros que recolocam a política na ordem do dia.

Diante da diversidade de enunciações produzidas sobre o que se passou e sobre o que ainda corre, e face as reações de atores políticos em campos tão distintos, proponho-me a fazer um experimento de sociologia dos rastros. Seguirei algumas trilhas através da descrição das reverberações que o acontecimento provocou. Evitarei, portanto, interpretá-lo ou explicá-lo como uma manifestação que resulta de determinações sociais e históricas específicas, optando por lançar algumas hipóteses sobre os devires que podem ser apreendidos a partir das tensões sociais que emergem em torno dos rastros deste acontecimento.

A descrição das ações, como vestígios ou índices visíveis das posições tomadas, permite-nos refletir sobre as forças que estão em jogo e que objetivam codificar, estabilizar e territorializar o acontecimento, numa tentativa de colocar as forças que ele dispara em alguma direção pré-estabelecida, funcionalizando-o, reduzindo-o a um vetor sob controle de uma máquina qualquer (máquina governo, máquina eleitoral, máquina capitalista etc). É por isso que sua domesticação está sob intensa disputa, podendo colocá-lo a serviço de interesses específicos e tão distintos, seja dos governos, das forças de oposição e de tantos outros.

1 Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Unifesp. Contato: polart@riseup.net.

2 Neste artigo sigo uma proposta de escrita inacabada, observações participantes, pensamentos em matilha. As apropriações teóricas atravessam todo o texto: Foucault, Deleuze, Rancière, Latour, Marx e outros. Este trabalho também visa criar, junto a outros artigos escritos nos últimos dois anos, um espécie de cartografia das configurações da política e do ativismo em contextos de uso das tecnologias digitais de comunicação. Veja: PARRA, H.Z.M. Política da Partilha e da Distribuição. In: Silvio Gallo, Marcus Novaes, Laisa Blancy de Oliveira Guarienti. (Org.). **Conexões: Deleuze e Políticas e Resistências e....** 1ed. Petrópolis/Campinas/Brasília: De Petrus et Alii, ALB, CAPES, 2013, v. , p. 35-44; Parra, H.Z.M. Controle social e prática hacker: tecnopolítica e ciberpública em redes digitais. **Sociedade e Cultura**, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiânia, v. 15, n. 1, p. 109-120, jan./jun. 2012; PARRA, H.Z.M. & ADAMS, G. Nem eixo nem seixo. IN: PARRA & ORTELLADO & RHATTO. **Movimentos em Marcha: ativismo, cultura e tecnologia**. São Paulo, 2013 (no prelo).

Para isso, o artigo será uma espécie de mosaico com pequenos relatos divididos entre algumas poucas coisas que posso observar (são os rastros) e tantas outras coisas que não sei (são as hipóteses). Dessa forma, espero contribuir para a compreensão de um acontecimento que ainda vibra em aberto. Neste sentido, exercitar um olhar que mantém um estado de abertura do objeto é simultaneamente uma opção metodológica e uma aposta política do investigador.

Rastro 1: controvérsias sobre as motivações e estratégias dos movimentos

No calor das manifestações de junho alguns analistas e militantes políticos se apressaram a dizer que o Movimento Passe Livre (MPL) e os diversos grupos que se engajaram na luta pela redução da tarifa do transporte público sofriam da ausência de um programa político de maior alcance. Da mesma forma, nos últimos dias vemos surgir novos artigos que se animam a dizer que nada sobrou daqueles episódios e que retornamos assim à "normalidade" da política (governamental, eleitoral, partidária etc). Nestas leituras os movimentos teriam alcance muito limitado e teriam fracassado nos seus objetivos mais ousados.

Não é preciso muita astúcia para perceber que alguma coisa se rompeu neste processo e todos foram pegos de surpresa. Ninguém pôde antecipar ou explicar o que se passava, justamente porque o acontecimento, dada sua "natureza" indeterminada, transborda para além das condições históricas que o alimentam. Neste sentido, é a própria interpretação do fenômeno que está sob disputa. Afinal, as versões que buscam estabilizar os fatos são também produtoras de novas realidades.

Por isso, os processos que ocorreram e que criaram (e criam) novos possíveis, escapam ao radar dos analistas que apenas veem o jogo esperado da grande política com seus atores e estratégias já definidas. É este mesmo pensamento que dizia que "faltava" algo ao MPL e que agora afirma que os ventos revoltosos já se tornaram brisa. Afinal, muitos se perguntam: "quem são eles?" ou "o quê eles querem?". Porém, como bem escreveu Peter Pál Pelbart inspirado pela frase escorregadia de uma militante do MPL a um jornalista - "anota aí, eu sou ninguém!" - talvez essas sejam as perguntas erradas!

Rastro 2: vitória contra o preço da tarifa, a política versus a gestão

As lutas pela redução da tarifa do transporte público urbano obtiveram uma importante vitória. Em primeiro lugar, para milhares de pessoas (muitas delas pela primeira vez mobilizadas) mostrou que ir às ruas para fazer uma reivindicação tem efeitos reais. Isso não é pouco e, certamente, tem efeitos de aprendizado político que transbordam para além

daqueles movimentos e do período das manifestações. Em segundo lugar, atualizam o sentido da política ao retirar os termos e a resposta do conflito da arena da administração. Num contexto de hegemonia da lógica gerencial, que nega e destrói o espaço propriamente político, o MPL e demais grupos de afinidade interrogaram o cálculo matemático dos governantes e, por isso, criaram política ali onde ela não existia.

O governo municipal de São Paulo, com Fernando Haddad do PT, demorou a entender que a resolução do problema não estava nas planilhas. A política não pode ser reduzida à questão da partilha dos recursos segundo a contabilidade estabelecida. A política é exatamente o momento de redefinição dos termos que tomam parte do conflito, de redefinição das formas de pertencimento numa dada comunidade (quem tem direito?) e da redefinição das partes e responsabilidades que formam o comum. Como dizia o bordão, era "muito mais do que 20 centavos" que estavam em jogo. O direito à cidade, o direito à mobilidade não é algo que possa ser exatamente mensurado ou equacionado pela lógica gestonária (Rancière chamaria isso de lógica policial); trata-se de uma questão propriamente política cuja resposta exige a invenção de novas soluções.

Rastro 3: controvérsias sobre a definição de quem participava das manifestações de rua

É preciso atenção à diversidade do fenômeno. Muitos grupos políticos agiram rapidamente para tentar categorizar os atores responsáveis, a composição social dos manifestantes e produzir diagnósticos das causas sociais que os mobilizam. Todavia, nessas mesmas explicações temos grupos que disputam a interpretação do real para fortalecer uma configuração específica do conflito no espaço social. Basta compararmos as análises realizadas e veiculadas pelos governos, pela mídia corporativa, pelos partidos políticos, pelos sindicatos, movimentos sociais e grupos autônomos.

Uma importante observação a fazer sobre as Jornadas de Junho é que elas foram extremamente heterogêneas. O que estava ocorrendo na cidade de São Paulo era diferente em vários aspectos do que estava ocorrendo no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, Recife ou Porto Alegre. Certamente, interessa-nos estabelecer possíveis relações entre elementos comuns. A ciência, afinal, é feita desta capacidade específica (ou metódica) de estabelecer relações não triviais entre elementos sem relação aparente. Porém, também importa perceber as diferenças. Neste caso, creio que elas sejam muito reveladoras e nos permitem escapar da necessidade de identificar (tornar único-unitário) o movimento, suas causas e objetivos. Tomo esta perspectiva pois desconfio que estejamos diante de algo múltiplo.

É com este olhar que procuro seguir o rastro da disputa dos diferentes segmentos políticos constituídos (partidos, sindicatos, movimentos sociais, mídia corporativa) para tentar classificar o(s) movimento(s). Esta dificuldade de enquadrá-lo talvez seja o principal sintoma de que estamos diante de algo novo. Muitos dos que foram às ruas não tinham uma identidade política claramente definida. Os objetivos sim eram bem definidos em alguns momentos, ao contrário do que a imprensa procurava desinformar.

Rastro 4: conflitos pelos canais de mediação e tentativas de captura do capital político mobilizado nas ruas

Ficou evidente como num primeiro momento o governo municipal de São Paulo não foi capaz de reconhecer as manifestações nas ruas como expressão de grupos que deveriam ser ouvidos ou levados a sério. Há muitas hipóteses sobre as razões de tal surdez: não eram grupos organizados como de costume; o PT afastou-se paulatinamente da base dos movimentos sociais; o governo estava tomado por um pensamento gerencial, entre outras.

O fato é que o governo municipal foi surpreendido e só começou a correr atrás do prejuízo político muito tardiamente. A confusão do diretório municipal do PT, num momento apoiando a decisão de Haddad em não baixar a tarifa e depois convocando os militantes para a Avenida Paulista afim de comemorar a vitória popular sobre a queda da passagem de ônibus, é um ótimo indicador da desorientação face à situação inesperada.

O governo estadual, por sua vez, tentou reprimir os protestos até o momento em que imaginou ser capaz de aproveitar as manifestações contra o governo federal e municipal. O governo federal, logo após a derrubada das tarifas em diversas capitais, apressou-se em convocar reuniões com muitos sindicatos e movimentos sociais que nos últimos anos viram os canais de interlocução serem abandonados. Todavia, em se tratando das mobilizações que ocorreram em diversas capitais, era evidente que os governos não sabiam a quem convocar para negociar. Mesmo a reunião da presidenta Dilma com representantes do MPL, teve apenas o efeito ilusório de que o governo se reunia com os "representantes" das manifestações. Porém, a lucidez dos militantes do MPL, devidamente informada por uma outra política, não deixou que fossem capturados e identificados como tais.

Rastro 5: variações nos modos de repressão policial aos movimentos de rua

Da mesma forma como os movimentos que tomaram as ruas das capitais e de pequenos municípios brasileiros (sem a mesma visibilidade midiática) eram muito

heterogêneos em sua composição e forma de mobilização, as reações governamentais e policiais também foram bem distintas. Basta compararmos a atuação da polícia militar nas diferentes capitais. As nuances nas respostas governamentais (segundo o Estado e a cidade) também variaram no tempo, o que indica a forma como a potência política colocada nas ruas e nas redes digitais de comunicação estava sob a disputa de um jogo político simultaneamente travado em outras locais e esferas do poder constituído.

Tomemos o caso da capital paulista. Até o final do dia 13 de junho, quando as manifestações contra o aumento da tarifa foram violentamente reprimidas pela polícia militar, tendo logo em seguida grande veiculação na mídia, os mesmos "excessos" agora cometidos pela PM eram antes caracterizados como ações dentro da norma, e os mesmos "vândalos" ou "baderneiros" de antes transformaram-se em "manifestantes". Estranha semântica na produção do real. Eis que de repente aquela mesma energia política das ruas foi interpretada de outra maneira e o jogo adquiriu outro contorno. Rapidamente, a mesma reivindicação torna-se funcional no discurso midiático para atacar o governo municipal do PT (com chances de contágio para o governo federal). Ao mesmo tempo, o forte repúdio coletivo expresso nas ruas à violência policial sinalizou um claro limite à ação do governo estadual do PSDB e sua polícia. Curioso observar como a polícia, que dias antes reprimia qualquer manifestação que atrapalhasse o trânsito de carros na capital, passou a escoltar os manifestantes que ocupavam ruas e estradas no Estado de São Paulo. A mudança desta postura talvez também seja um sinal dos tempos em que mais eficiente do que reprimir é saber governar, conduzir.

Rastro 6: variações no repertório de ações e táticas de luta dos manifestantes

Mas ir às ruas não gerou mudanças apenas nas formas de atuação das forças policiais. Foi interessante observar como no mês de junho (e ainda hoje) diversos grupos e movimentos sociais renovaram seu repertório de táticas ao voltar a ocupar rodovias, ruas e espaços governamentais. De repente, as pessoas reaprenderam que era possível fechar uma rodovia como a Via Dutra (que liga São Paulo ao Rio); levaria um bom tempo até que a polícia conseguisse chegar ao local do bloqueio para negociar sua abertura (que frequentemente era feita), mas aí o protesto já tinha obtido seu resultado. Durante aquele mês diversas avenidas e rodovias foram bloqueadas por manifestações; ocupações temporárias de câmaras municipais e pequenos acampamentos em praças também se espalharam de forma inesperada.

Rastro 7: interpenetração dos fluxos comunicacionais com os processos de rua; uso das tecnologias de comunicação em redes digitais e conflito de versões nos meios de comunicação de massa

Não é possível ignorar a participação dos meios de comunicação digital em redes cibernéticas neste acontecimento. Ela é, todavia, apenas um dentre outros vetores importantes. Foi marcante a mudança no discurso dos meios de comunicação de massa, em especial na televisão, sobre as manifestações e sobre os manifestantes. Simultaneamente, na internet, houve uma verdadeira guerrilha entre narrativas e versões dos fatos.

Neste aspecto, tenho a hipótese de que os grupos proprietários dos meios de comunicação de massa no Brasil perceberam uma tendência emergente nas redes de comunicação digital - a partir do dia 14 de junho - e procuraram fortalecer e direcionar, em certa medida, o “enxame” do fluxo comunicacional sob um padrão que lhe fosse mais favorável. Não se trata aqui, de afirmar que as milhares de pessoas que foram às ruas na segunda-feira (dia 17 de junho) eram “manipuladas”. Longe disso. Nas ruas de São Paulo (a depender da localização e do momento da passeata) as pessoas que lá estavam eram muito distintas e estavam mobilizadas por razões diversas, mesmo que as reivindicações pela redução da tarifa e contra a violência policial tenham convergido como um fator comum que contribuiu para a ida às ruas. A comunicação nas redes digitais manteve-se bastante distribuída, com muitos nós e centros de irradiação, tensionando com as versões veiculadas pelos meios de comunicação de massa. Todavia, os meios de comunicação de massa foram capazes, em alguns momentos, de canalizar o fluxo das informações das redes digitais numa direção específica, graças ao controle (da intermediação, edição e emissão centralizada) obtido por sua posição estratégica na cadeia produtiva da “notícia”.

Não podemos analisar o que estava se passando nas ruas de maneira separada do que estava ocorrendo no espaço comunicacional. Na rua, cada indivíduo e cada grupo tem uma relação com o vivido muito determinada pelo campo experiencial do local (mas também das informações que recebe e troca durante o percurso). A manifestação, todavia, ocorre para além da rua. Sua ação também está sendo construída e seus sentidos são disputados e definidos alhures, para além do local físico imediato. Em seguida (e cada vez mais simultaneamente), essas versões do campo comunicacional que circulavam tanto na internet como nos veículos de comunicação de massa, voltam a participar da construção do ato na rua. Lembro-me dos efeitos imediatos percebidos entre as pessoas na marcha do dia 17 de junho toda vez que começavam a chegar via SMS informações sobre as marchas em outras capitais. Ou ainda, podemos pensar na maneira como os meios de comunicação de

massa, tanto nas transmissões televisivas como na difusão de informações via internet, atuaram como importantes nós de difusão e mobilização.

Nesta dimensão, interesse-me pela análise das condições que contribuíram para a mudança no limiar decisório que levou as pessoas às ruas na segunda-feira, dia 17 de junho de 2013. Como é este momento em que estamos ali em casa, vendo as notícias pela internet (cada vez mais através das redes digitais), ou assistindo ao noticiário que entrava ao vivo na televisão, e através de um processo de saturação tomamos a decisão de sair de casa e ir para rua protestar? Aqui, parto da hipótese de que a comunicação em redes digitais teve um papel importante na redução deste limiar, entre ficar em casa e a decisão de sair para a rua.

Tanto o Facebook como o Twitter, dada as especificidades técnicas do seu modo de funcionamento, tendem a criar uma dinâmica de reforço das disposições que se tornam emergentes no interior de uma determinada rede de relações sociais. Frequentemente, nos associamos nessas redes a indivíduos e grupos com as quais temos mais afinidades (culturais, políticos etc). Poucos são aqueles que se mantêm conectados às pessoas com os quais não têm afinidades. Dessa forma, graças ao efeito de filtro e *feedback* realizado pelas pessoas com as quais estamos vinculados nessas plataformas, a tendência é de reforço de nossas próprias disposições iniciais. São raras as pessoas que praticam a saudável e constante exposição ao contraditório. Por isso, como resultado indireto, tanto o Facebook como o Twitter adquirem um forte efeito emocional em circunstâncias de comunicação em tempo-real, o que contribui em larga medida para modificar o limiar decisório.

Outro fato relevante a ser lembrado, e que relativiza os argumentos que tendem a sobre-determinar o efeito das redes digitais nas manifestações de rua, são aquelas convocatórias virtuais que não se efetivaram nas ruas. Costuma-se falar apenas dos casos em que grandes manifestações de rua coincidem com grandes mobilizações virtuais. Todavia, por que algumas mobilizações virtuais com grande adesão muitas vezes não transbordam para as ruas? Só para citar um exemplo, logo após os protestos de junho houve diversos chamados na internet (e no Facebook) para uma greve geral no dia 1 de julho. Foi interessante observar como este chamado que já contava com milhares de pessoas confirmadas foi pouco a pouco perdendo força. Tudo indica que na comunicação em redes digitais as pessoas buscam diferentes recursos ou fontes (tanto na própria rede como fora dela) para estabelecer a relevância e a confiança nessas informações. Neste caso parece fundamental compreender quais são as formas atuais de produção de informação “significativa”, capaz de impactar numa mudança de disposição individual e social no interior desta nova ecologia comunicacional.

Rastro 8: crise no sistema de representação política e ataque aos partidos e movimentos sociais organizados

Em São Paulo, acredito que o acontecimento, propriamente dito, deu-se no dia 17 de junho. Ali, tudo se tornou escorregadio, indeterminado e perigoso (para todos os lados). Neste dia, é produzido um capital político difuso, sem donos, sem representantes, ainda que o MPL fosse identificado como um dos grupos responsáveis pela eclosão das ocupações das ruas. Neste dia também, produziu-se e ficou mais evidente algumas novidades políticas deste processo. No dia seguinte, porém, já podíamos ver as diversas tentativas de estabilização e controle sobre os efeitos do acontecimento.

Um desses processos de captura deu-se na eclosão de conflitos entre indivíduos presentes nas manifestações da quinta-feira, dia 20 de junho, contra militantes de partidos políticos e movimentos sociais. Faltam muitos elementos para avaliar o que ocorreu e como se processou o conflito na rua. Naquele dia, presenciei uma indignação difusa de cidadãos contra qualquer organização que ali se apresentava de maneira organizada; mas haviam também grupos de extrema direita que atuaram como provocadores.

Neste caso, a única pista que posso seguir e interrogar é aquela que tentou se inscrever no campo comunicacional como hegemônica: a de que os partidos de esquerda e movimentos sociais haviam sido atacados por cidadãos que não os reconheciam como legítimos. Tal interpretação, que circulou com muita força nos dias seguintes, levou os diversos grupos engajados na luta contra a tarifa a reavaliarem seus próximos passos.

Se na segunda-feira (17/06) já era sensível uma outra disputa política nas ruas de São Paulo, marcada por uma diversidade muito maior de sujeitos, grupos e pautas, na quinta-feira (20/06) houve uma inflexão radical, dando lugar a uma tentativa de captura e direcionamento do capital político acumulado nas ruas. Ainda que o diagnóstico de crise dos mecanismos e instituições de representação política tenha sido expresso por grupos de diversas matizes políticas, as formas que enfrentamento ou as propostas de alternativas elaboradas para este problema eram múltiplas.

O rastro que aí seguimos foi daquela imagem que a grande imprensa corporativa buscou estabelecer: a revolta estava dirigida ao sistema político de partidos. Esta talvez tenha sido uma forma de tentar codificar e estabilizar as novas subjetividades políticas inauguradas durante os levantes e os desejos de radicalização democrática. Talvez, uma ação de tentativa de captura pelos poderes constituídos dos “possíveis” inaugurados pela multidão nos dias anteriores, reduzindo o múltiplo a um conflito identitário entre militantes da política dos partidos versus cidadãos sem representação. Conflito que, neste modelo, seria mais facilmente governável numa direção estratégica. Todavia, esta captura não foi total

nem permanente. As coisas ainda pulsam e seguem prestes a transbordar em direções imprevistas. Tudo indica, inclusive, que a pressão só vai aumentar.

Rastro 9: Anonymous, Black Bloc, eu e a multidão no Instagram: dessubjetivação e novos modos de subjetivação política

Os protestos de 2013 parecem atualizar, em alguma medida, o ciclo estético-político das manifestações contra a globalização no início dos anos 2000, colocando agora novas pessoas, grupos e formas diversas de expressão nas ruas.

A pequena quantidade de camisetas estampadas com o rosto de Che Guevara, comparada a tantos outros símbolos presentes nas ruas, não pode ser ignorada. O avatar símbolo do Anonymous, ágil antropofagia cultural da máscara pop do filme "V de Vingança", serve aqui como metáfora de uma mutação em processo. Enquanto Che representava o indivíduo herói que inscreve seu nome pessoal na história social, os Anonymous podem ser qualquer um e ao mesmo tempo todos nós. Estratégia de dessubjetivação que resiste aos mecanismos de controle, é também uma forma de constituição de atores políticos não-identitários.

Da mesma forma, o Black Bloc constitui-se como grupo político apenas na ação. Assim como no caso dos Anonymous ninguém diz "eu sou do Anonymous" ou "eu sou do Black Bloc". São coletividades que se constituem na ação. Tal situação, além de criar dificuldades para as forças repressivas, coloca novos desafios para as formas de mediação e representação política.

Paralelamente a essas ações coletivas, chamou à atenção a multidão de indivíduos que foram às ruas carregando seus próprios cartazes, muitos escritos à mão ou construídos de forma muito simples e singular, criando frases que posteriormente se tornariam *memes* nas redes digitais e slogans nos jornais. No plano imagético, o autorretrato feito com celulares e câmeras digitais no meio das manifestações também dizem muito mais do que as frágeis acusações de narcisismo midiático. Muitos dos presentes nas ruas estavam lá pela primeira vez e o registro de si naquela multidão pode ser investigado como uma expressão de um desejo de presença e participação num momento com potencial histórico. Tenho na memória um instante sensível na passeata de 17 de junho (segunda-feira), quando a multidão pode ver seu próprio reflexo nas paredes espelhadas de um edifício na Avenida Faria Lima em São Paulo. Houve um primeiro silêncio, um assombro, e depois uma grande explosão, talvez expressão da visualização da potência ali manifesta.

As descrições aqui apresentadas compõem um exercício em processo. Cada um desses rastros merece uma verificação mais detalhada dos próprios “fatos” que o compõem. Tal precariedade na escrita é uma resposta à urgência colocada pela participação, observação e reflexão sobre os acontecimentos de junho. Se arriscamos apresentar essas ideias neste estágio é porque acreditamos que o conhecimento se multiplica “melhor” quando antes compartilhado. Afinal, nenhum pensamento aqui é fruto de uma experiência isolada.

A escolha dos elementos descritos também não é acidental. Optamos por aqueles elementos que ajudam a compreender algumas mutações em curso no plano das configurações da política e do ativismo contemporâneo, especialmente aquelas relacionadas aos contextos em que as redes digitais de comunicação tiveram forte presença. Ademais, nosso recorte está orientado pelo interesse em compreender as práticas políticas emergentes e as formas de mediação social que transbordam para além dos canais de representação política estabelecidos. Por hora, a coletânea desses rastros e as configurações que eles nos permitem imaginar, permite-nos elaborar as hipóteses finais, trilhas pouco exploradas que indicam possíveis percursos para a pesquisa.

As práticas dos atores políticos (MPL, Anonymous e outros coletivos) que inauguram novos modos de subjetivação e de dessubjetivação (sem partir ou constituir uma identidade fixa) expressam uma forma de resistência (sempre parcial) às novas formas de poder nas sociedades de controle; indicam também a emergência de uma política pré-figurativa e não-representativa (sempre provisória) que reivindica o acesso coletivo a um bem comum (direito à cidade, direito à mobilidade, direito a um ar menos poluído). No plano do espaço social trata-se de uma brecha, fugaz por natureza, marcada pela passagem de uma “política da partilha” (forma de divisão e acesso a um recurso exclusivo e rival entre grupos constituídos) para uma “política da distribuição” (forma de direito coletivo de participação não-exclusiva e não-rival a um recurso comum). Caso efetivada, seria o instante de uma invenção democrática capaz de criar novos sujeitos e direitos.